

Extensão Universitária como Prática Educomunicativa: Contribuições para a Flexibilização de Projetos Pedagógicos¹

Juliane MARTINS²
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

Resumo

A percepção da proximidade conceitual entre extensão universitária e educomunicação estimulou a reflexão sobre a contribuição que esta pode trazer às atuais discussões sobre flexibilização e creditação de atividades de extensão nos currículos de cursos de graduação. A partir da aprovação do último Plano Nacional de Educação, gestores universitários estão se mobilizando em torno da estratégia que busca assegurar créditos curriculares em atividades extensionistas, como demonstrou pesquisa realizada para este artigo. Já há experiências dessa regulamentação institucional em algumas universidades, outras ainda estão na fase de diagnóstico. A partir disso, notou-se que é possível assumir a extensão como prática educomunicativa, pois suas diretrizes podem ser aplicadas à educação superior, beneficiando a organização dos projetos pedagógicos com vistas aos princípios extensionistas.

Palavras-chave: extensão universitária; educomunicação; indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão; flexibilização; projetos pedagógicos.

Ao tratar da interface comunicação/educação, contempla-se a adoção de práticas inovadoras, que provoquem mudanças nos envolvidos no processo, de forma a levar a contribuições relevantes à sociedade. Dessa forma, pode ser vista como campo fértil para mediação e intervenção socialmente responsáveis, com a intenção de formação para a cidadania. Ao longo de cinco anos de experiência na área, percebeu-se o potencial dessa integração em orientar tanto práticas educativas formais quanto não-formais de ensino–aprendizagem, na vertente da extensão universitária.

Não é possível dissociar linguagens, técnicas e processos da comunicação/educação dos princípios extensionistas em adoção atualmente. A comunicação na interface com a educação conquistou seu espaço e hoje tem autonomia, inclusive como novo campo, a educomunicação. Em sua origem, tem uma característica, pontuada por Soares (2013a), de grande valor para este trabalho: estar voltada à cidadania, afastando-se da lógica do

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Curso Superior de Tecnologia em Comunicação Institucional da UFPR. Mestre em Educação, especialista em Comunicação Científica pela UPF-Idec, bacharel em Jornalismo pela PUCPR e em Letras – Português pela UFPR, e-mail: professorajuliane@ufpr.br

mercado. Partindo desses pressupostos, caracteriza-se pelo foco interdisciplinar, de intervenção social, interação dialógica e construção coletiva dos conhecimentos com o objetivo de ter um impacto significativo na vida de todos os envolvidos no processo, favorecendo a autonomia e o protagonismo dos sujeitos.

O cotejo que se faz, então, é com o conceito de extensão universitária: “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.” (FORPROEX, 2012, p. 15), orientado pelas seguintes diretrizes: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social.

A proximidade conceitual faz convergir a contribuição que a primeira pode trazer à segunda, especialmente em se tratando de consolidar a extensão na universidade brasileira, que, apesar de constar como preceito constitucional indissociável do ensino e da pesquisa, ainda carece de visibilidade.

Nesse âmbito, nos últimos dois anos, intensificou-se como política a flexibilização e creditação de atividades de extensão nos currículos de graduação em diversas universidades, derivadas do recente Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 13.005 (BRASIL, 2014). Para os gestores universitários, entre outras metas, a extensão aparece como um dos focos na estratégia 12.7: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária [...]”³.

Em função disso, para este trabalho, foram pesquisadas, nos sites oficiais das instituições⁴ vinculadas ao Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas

³ Esse não é um desafio recente, pois o PNE anterior tinha como meta 23: “Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária [...] e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.” (Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016).

⁴ Fontes dos resultados da pesquisa (realizada entre abril e junho de 2016) não citadas diretamente no texto:

IFPB. Picuí é referência no processo de curricularização da extensão no IFPB, 27/05/2016:

<http://www.ifpb.edu.br/noticias/2016/05/picui-e-referencia-no-processo-de-curricularizacao-da-extensao-no-ifpb>

UEFS. Encontro de pró-reitores de extensão e de graduação, na UEFS, trata da curricularização da extensão universitária, 03/06/2016: <http://www.uefs.br/2016/06/334/Encontro-de-Pro-Reitores-de-Extensao-e-de-Graduacao-na-Uefs-trata-da-Curricularizacao-da-Extensao-Universitaria.html>

UEM. Evento sobre curricularização da extensão, 12/05/2016: <http://dex.uem.br/467-evento-sobre-curricularizacao-da-extensao>

UEPB. Mesa redonda sobre curricularização da extensão marca início das atividades do 1º Semiex da UEPB, 18/04/2016: <http://www.uepb.edu.br/ Mesa-redonda-sobre-curricularizacao-da-extensao-marca-inicio-das-atividades-do-1o-semiex-da-uepb>

UEPG. 14º Conex debate curricularização da extensão, 10/06/2016: <http://portal.uepg.br/noticias.php?id=9299>

Brasileiras (Forproex), as ações em andamento relacionadas à meta do PNE, com o objetivo preliminar de apresentar como isso está sendo discutido institucionalmente.

Pressupostos

Ao assumir a universidade como um espaço aberto e democrático, deve estar acessível a qualquer pessoa. O desafio é como possibilitar essa inserção para além daqueles que conquistam uma vaga em seus departamentos, laboratórios e salas de aula. O ensino superior tem uma responsabilidade diante da sociedade, pois o conhecimento que detém precisa ser compartilhado.

O ambiente universitário deve congrega ensino, pesquisa e extensão, o tripé constitucional, que seriam, a princípio, indissociáveis. A realidade, no entanto, mostra que são esferas, em geral, separadas – assim como a própria estrutura da universidade, também compartimentada – sendo inclusive os dois primeiros mais privilegiados.

Muitas discussões ainda precisariam ser feitas em torno disso, começando pela própria indissociabilidade⁵, da extensão como função política do Estado, da necessidade da própria existência (DEMO, 2001) e até no viés semântico (FREIRE, 2001), questões não abarcadas no escopo deste artigo, que traz possibilidades de como as universidades procuram atingir a meta do PNE.

A problemática que se impõe é: como institucionalizar a extensão universitária como prática nos projetos pedagógicos de cursos superiores de graduação de universidades brasileiras? Para isso, deve-se também saber como fomentar, gerenciar ou financiá-la,

UFAL. Proex realiza seminário sobre curricularização da extensão, 13/05/2016:
<http://www.ufal.edu.br/noticias/2016/5/proex-realiza-seminario-sobre-curricularizacao-da-extensao>

UFBA. Balanço, 06/08/2014: <https://proext.ufba.br/tags/balanco>

UFPE. Encontro de Extensão da UFPE será nos dias 26 e 27 de novembro, 29/10/2014:
<http://estudante.ufpe.br/2014/10/29/encontro-de-extensao-da-ufpe-sera-nos-dias-26-e-27-de-novembro>

UFSCAR. Fórum de Pró-Reitores de Extensão discute inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação e a circulação de atividades culturais, 28/04/2015: <http://www.blogdareitoria.ufscar.br/?p=2479>

UFMS. Extensão será obrigatória no currículo dos cursos de graduação, 04/12/2014:
<http://site.ufsm.br/noticias/exibir/extensao-sera-obrigatoria-no-curriculo-dos-cursos>

UNEB. Caminhos para a curricularização da extensão na UNEB, 04/11/2015:
<http://www.uneb.br/proex/2015/11/04/caminhos-para-a-curricularizacao-da-extensao-na-uneb>

UNESP. Creditação da extensão universitária nos cursos de graduação da Unesp, 24/02/2016:
<http://unesp.br/portal#!/proex/creditacao>

UNIOESTE. Seminário discute curricularização da extensão, 12/09/2014: <http://cac-php.unioeste.br/cnu/node/2503>

⁵ Há estranhamento ao definir uma porcentagem para a extensão se é indissociável do ensino e da pesquisa.

estimulando os alunos a participar sem depender apenas de aspectos avaliativos, pois a extensão vai muito além disso.

Entre as experiências pioneiras, inclusive com artigo publicado sobre o assunto, está a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que já tem uma resolução própria que regulamenta a inclusão de atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação, tendo dado início no ano passado às alterações dos projetos pedagógicos (BENETTI; SOUSA; SOUZA, 2015b). Outras que já têm normativas são: Universidade Federal da Bahia (UFV, 2016), Universidade Federal de Alagoas (LYRA et al., 2016), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL, 2016) e Universidade Federal do Cariri (UFCA, 2014).

Na universidade em que atuo, esta é uma preocupação já colocada como desafio pelas pró-reitorias de graduação e extensão a coordenadores de curso nesses últimos anos. Neste primeiro semestre, foi solicitado a eles que respondessem um questionário institucional para mapeamento dos programas e dos projetos de extensão nos cursos de graduação, primeiro passo para viabilizar a implantação da creditação da extensão na universidade⁶.

Esse breve levantamento demonstra que as instituições estão discutindo o assunto, pois não há diretrizes, modelos ou receitas. Muitas ainda realizam encontros temáticos e fazem diagnósticos com a ideia de apontar caminhos para a reformulação curricular com a contabilização dos 10%. O que vem surgindo, na prática, é a necessidade de elaboração de programas e projetos de extensão para acolher os alunos, o que é diferente de atividade formativa, muitas vezes completada por cursos ou eventos. O desenvolvimento de projetos e programas com institucionalização, acompanhamento e avaliação. A criação de disciplinas com características extensionistas ou transformação das que já detêm esse viés. De qualquer forma, por estar em processo, não há resultados efetivos para outras análises.

Percebe-se que a proposta precisará de uma construção conjunta entre todos os envolvidos e, principalmente, entender afinal o que é a extensão universitária. Com essa apresentação inicial, avança-se para a possibilidade de aproximar a extensão universitária da prática educacional, porque ambas convergem para os pressupostos de intervenção social, interação dialógica e formação cidadã, de forma a se contribuir com essas discussões.

⁶ As discussões sobre o assunto no âmbito da UFPR começaram com a constituição, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de uma comissão responsável pelo processo (<http://www.proec.ufpr.br/links/extensao.html>).

Extensão como prática educomunicativa

O grande número de experiências educomunicativas já consolidadas ao longo dos anos (muitas tendo como inspiração o Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo) reverbera hoje na educação superior. Englobam, como menciona Soares (2013b), pesquisas em torno da área, a partir de atividades de extensão universitária, além da criação de um curso de graduação em Educomunicação.

A educomunicação como campo de intervenção social na interface comunicação/educação é área pujante para disseminar práticas em diferentes cursos superiores de graduação. Ao aproximar os conceitos da educomunicação desse universo, entende-se que são abrangentes no sentido dos fenômenos de ensino–aprendizagem, como explicam Citelli e Orofino (2014).

Incluir a comunicação como forma de promover a educação (e vice-versa) é proposta fecunda na tradição latino-americana e ponto de partida para este trabalho, são áreas relacionadas, pois uma precisa da outra para seguirem em frente, como pontua Citelli (2000). A partir disso, as possibilidades dialógicas de construção de conhecimento abrem-se para uma formação mais cidadã. Professores e alunos, juntos, trabalhando em prol da troca de saberes (KAPLÚN, 1985), na perspectiva de pensar a educação a partir dos próprios discentes (OROZCO GÓMEZ, 2014).

Nisso, como coloca Soares (2002, p. 155, apud SOARES, 2013a, p. 186), diversas ferramentas podem ser usadas nos processos de aprendizagem, fortalecendo a ação que “tem como essência a intencionalidade educativa e como meta o pleno exercício da liberdade de expressão dos atores sociais”.

Assim, a ideia de uma formação crítica e reflexiva engloba uma preocupação cidadã e de responsabilidade social, em que se assume um compromisso diante da sociedade em suas ações (CITELLI; COSTA, 2011). O senso de coletividade e a certeza de se sentir parte do mundo, de se inserir em algo maior, menos individualista. Isso é uma prática libertadora, como coloca Freire (2001), sendo a educação caminho para a emancipação.

Essa educação que busca conhecer como o aluno vê o mundo e que concepção traz do local em que se insere, valorizando a trajetória percorrida, o repertório disponível, entende que

Cortar o arame farpado dos territórios e disciplinas, dos tempos e discursos, é a condição para compartilhar, e fecundar mutuamente, todos os saberes, da informação, do conhecimento e da experiência das pessoas; e também as culturas

com todas as suas linguagens, orais, visuais, sonoras e escritas, analógicas e digitais. (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 120)

Para isso, as estratégias pedagógicas são o trabalho com projetos, com a experimentação ou práticas laboratoriais que integram a teoria vista em sala de aula e práticas de intervenção social de maneira interdisciplinar, sempre numa perspectiva educ comunicativa dos processos de mediação. Afinal, a preocupação, nesse caso, é a relação dos alunos com seus colegas, professores, a instituição escolar e a sociedade, assim a educação estará “[...] presente nas entrelinhas, nos procedimentos didáticos, de forma transversal, buscando iluminar o sentido que o conjunto das atividades possa vir a ter para o educando.” (SOARES, 2011, p. 46).

Procurar despertar nos alunos a consciência de seu protagonismo social a partir da própria formação faz elaborar propostas que buscam compartilhar conhecimentos e técnicas da universidade com a sociedade, devolvendo, de alguma forma, o investimento feito na formação deles, a partir de projetos como prática de cidadania. Afinal, devem “[...] desenhar estratégias de transformação das condições de vida à sua volta, mediante projetos educ comunicativos legitimados por criatividade e coerência epistemológica.” (SOARES, 2011, p. 19).

Essa base está assentada na função social da universidade. Pesquisas anteriores nesse sentido (BOTOMÉ, 1996; KUNSCH, 1992; POLICHUK, 1995) reafirmam a necessidade de se democratizar os conhecimentos para fora dos muros das instituições de ensino, assim como se abrir a práticas sociais que tenham repercussão nas decisões e políticas universitárias.

Soares (2013b, p. 7) escreve que se pode medir a relevância de uma universidade pela missão de seu tripé indissociável: pesquisa, ensino e extensão (“a socialização do saber junto à sociedade, para criar referenciais para a condução das práticas sociais e laborais”). A rápida reflexão que faz em torno do tema corrobora o que se vem apontando e a perspectiva que se coloca em relação à aproximação entre a educação e a extensão. Áreas convergentes e que se mantêm em constante questionamento, apesar da trajetória de conquistas históricas.

Em geral, estanques ou fechados em si mesmos, estes três setores da prática acadêmica comportam-se, em alguns casos, como trilhas de um mesmo caminho, ou braços de um mesmo delta que, percorridos ou navegados por um pensamento transdisciplinar, garantem visibilidade, legitimação e reconhecimento a determinadas áreas da prática social.

Foi o que ocorreu com a educomunicação. Presente no cenário das lutas sociais latino-americanas, ao longo do século XX, a prática ganha identidade no embate entre a pesquisa e a extensão cultural, facilitando e dando coerência à aplicação dos resultados da investigação na solução de problemas contemporâneos. As intervenções – próprias da extensão – propõem novos problemas que, pesquisados, fazem avançar os conceitos originais, mediante especificações que agregam, modulam e fazem crescer. (SOARES, 2013b, p. 7-8)

Diante do exposto, assume-se aqui a premissa de Alves (2007, p. civ) ao refletir em sua tese sobre as práticas extensionistas do próprio NCE: extensão como comunicação, “única postura coerente para uma ação que se baseia nos princípios da educomunicação”. Assumir a extensão assim, coloca-a também como prática educacional⁷, o que é factível à necessária articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, via socialização do conhecimento na sociedade, pois

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *praxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. (FORPROEX, 2012, p. 8)

Tal posição ratifica o pensamento de Freire (2001) de que extensão é comunicação, em perspectiva dialógica, sem transferir o conhecimento, mas construção conjunta e participativa (FORPROEX, 2006). Todavia, nem sempre é fácil alcançar esse objetivo, como colocam Bezerra e Barreto (2008). A relação entre universidade e sociedade tem tido, na visão extensionista, a figura do assistencialismo e outras formas, como exemplificam:

Outra linha presente na extensão universitária contemporânea contempla a prestação de serviços à comunidade, colocando o saber acadêmico a serviço de demandas da sociedade. Assim como nos projetos assistencialistas, a prestação de serviços se realiza com foco unidirecional, da universidade para a sociedade [...]. Além dessas duas visões de extensão, há uma outra predominante que se fundamenta na conexão universidade–sociedade por meio da preparação do estudante para o seu ingresso no mercado de trabalho. É o caso dos projetos de empresas juniores ou advindos de fundações privadas, que mesmo dentro de instituições públicas de ensino superior, primam pela reprodução da lógica de mercado dentro da universidade, como forma de adiantar o contato do estudante com a realidade das empresas.

Entende-se, no entanto, que essa última relação ainda é um desafio a ser enfrentado por quem se propõem a desenvolver a extensão universitária. De qualquer forma, como pontua Tondato (2010, p. 118, grifos originais):

⁷ Assim como Andrade-Duvernoy e Régner (2012): “os princípios que regem a educomunicação parecem-nos indissociáveis da extensão universitária, do protagonismo juvenil e da coesão social”.

Uma solução é trazer um pouco da sociedade para dentro da sala de aula. Incentivar os alunos a interpretarem *a realidade que eles veem lá fora* a partir dos conteúdos discutidos *aqui dentro* (da universidade), ato viabilizado na realização de projetos integrados e experimentais [...]. Na prática, atividades que respondem em parte às exigências profissionais e acadêmicas na medida em que têm como princípio o desenvolvimento de problemáticas levantadas a partir de situações reais [...].

Ou seja, a extensão não é a única responsável, sendo necessário um projeto mais amplo, que vincule efetivamente ensino, pesquisa e extensão universitária. No entanto, conforme Behrens (1996, p. 124), a universidade se mostra, muitas vezes, “[...] descomprometida com a realidade [...] não se preocupa em construir um saber que propicie a inovação e a mudança”.

Behrens e Sant'Anna (2003) argumentam que ao se tratar dos desafios da universidade frente às necessidades deste século, esperam-se projetos pedagógicos empreendedores, que proponham práticas inovadoras aliadas à busca de aprendizagens significativas, mediadas, críticas e criativas. O processo ensino–aprendizagem deve formar para a cidadania, numa visão social transformadora, contribuindo para “a produção do conhecimento compatível com o desenvolvimento tecnológico contemporâneo” (BEHRENS, 2000, p. 72).

Para isso, o professor deve procurar participar da vida do aluno e se inserir em seu contexto, valorizando-o, dando importância ao seu repertório, suas singularidades (GIROUX, 1997). Faz troca de experiências e as provoca na sala de aula, para que se incentive o conhecimento do mundo, pela busca por metodologias de ensino que colaboram com o processo, a partir da produção e não reprodução do conhecimento, como coloca Behrens (1996, 2000). Com essa postura, conforme Freire (1997, p. 24-25, grifo do autor), o discente acaba por se assumir “como sujeito [...] da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Para ele, a aprendizagem não implica alguém que ensina para um aprendiz sobre algo, são pessoas que, conjuntamente aprendem, assim como num encontro em que se dialoga compreensivamente, um efetivo processo comunicacional (FREIRE, 2001). É fundamental, então, o diálogo entre professor e alunos, principalmente quando ocorre de modo dialético, favorecendo a reflexão na ação (KAPLÚN, 1985). Nesse processo, o professor passa a ser um mediador, que auxilia o aluno a articular informações; para que se construa realmente um aprendizado, tanto pessoal como para a vida (KAPLÚN, 1985).

Nesse sentido, Santos (1997) consegue apontar um redimensionamento da ação na universidade, não só nas áreas de ensino e pesquisa, mas compreendendo sua responsabilidade social, por exemplo, em programas de extensão. Segundo ele, esses programas são delimitados, nem sempre assumindo o caráter que deveriam. A “abertura ao outro” é o sentido profundo da democratização da universidade, indo além do acesso e permanência nela. Ele diz:

Numa sociedade cuja quantidade de qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e ensino. (SANTOS, 1997, p. 225)

Tanto que o autor destaca, em outra obra, a extensão com área de significado especial, sem servir aos interesses do mercado. Uma reforma necessária na universidade deve reposicioná-la centralmente, com implicações curriculares e nas carreiras docentes (SANTOS, 2004). Ele atribui à instituição uma participação na construção da coesão social, da democracia, lutando contra a exclusão social, degradação ambiental e na defesa da diversidade cultural.

Inclusão da extensão em projetos pedagógicos

A presença da extensão é recorrentemente assumida por meio de regulamentações, em todos os níveis. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no artigo 43, VII, coloca entre uma das finalidades da educação superior a promoção da extensão, aberta à participação popular, “[...] visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

O mesmo ocorre com as diretrizes de diversos cursos de graduação. Entretanto, não há uma especificação mais sistemática sobre essa inclusão. Mesmo a menção dos 10% nos últimos PNEs é bem abrangente, deixando as definições para as próprias universidades. Nesse aspecto, uma colocação de Alves (2007) continua bem atual: a universidade não ter conseguido resolver como organizar seus currículos para atender a indissociabilidade. Para o Forproex (2012), a inclusão de carga horária mínima em programas e projetos extensionistas a alunos de graduação demonstra a centralidade da extensão universitária na formação profissional e na produção do conhecimento. Assim:

Um dos passos fundamentais em direção à universalização da Extensão Universitária está em sua inclusão nos currículos, flexibilizando-os e imprimindo neles um novo significado com a adoção dos novos conceitos de ‘sala de aula’ e de ‘eixo pedagógico’. É importante ter claro que não se trata apenas de aproveitamento de créditos oriundos de atividades extensionistas, para efeitos de integralização curricular ou de criação de novas disciplinas relacionadas com a Extensão Universitária, mas, sim, de sua inclusão criativa no projeto pedagógico dos cursos universitários, assimilando-a como elemento fundamental no processo de formação profissional e de produção do conhecimento. (FORPROEX, 2012, p. 29-30)

Esse passa a ser um esforço para proporcionar aos alunos uma concepção de formação sem a dependência da sala de aula, numa dimensão tradicional. Ela se expande para fora do espaço universitário. A sociedade também é tomada como local de ensino–aprendizagem e de produção do conhecimento.

Afinal, de acordo com Bolzan e Isaia (2010, p. 21), faz parte da pedagogia universitária a consciência de se entender a necessidade da relação teoria e prática. O professor é responsável por considerar essa dinâmica na formação do aluno e de “também incorporá-la ao seu processo de aprender a docência”. Isso traz a dimensão de que essa integração é necessária ao longo de toda trajetória acadêmica, nos diferentes espaços onde o aluno pode vivenciar dadas realidades.

Flexibilizar o currículo pode significar a perspectiva de algo dinâmico, não uma tabela de créditos fragmentados e definidos a serem cumpridos. As diferentes interações dialógicas que acontecem no cotidiano de professores e alunos, mediadas pela universidade, derivadas de experiências de ensino, pesquisa e extensão, podem ser entendidas como currículo. Com a flexibilização, “não é a instituição de ensino superior que define a formação do aluno e sim as escolhas que este faz” (CARNEIRO; COLLADO; OLIVEIRA, 2014, p. 15).

A essência não estaria nos conteúdos de disciplinas, porém na aplicação de inúmeras propostas, já históricas até, como as dos diferentes pensadores já elencados, conforme se tem dissertado: troca de saberes, reflexão na ação, aprendizado para a vida, compromisso social, autonomia, protagonismo, inovação, produção de conhecimento etc. No que se aproxima do projeto educacional como eixo transversal no currículo: “[...] a perspectiva da educação para a vida, do sabor da convivência, da construção da democracia, da valorização dos sujeitos, da criatividade, da capacidade de identificar para que serve o conjunto dos conhecimentos compartilhados através da grade curricular.” (SOARES, 2011, p. 45).

Como explica Lyra et al. (2016), a própria LDB estimula a flexibilização, assim os projetos pedagógicos podem ser adequados à natureza de cada instituição, aproveitando

diferentes atividades no processo formativo. O currículo seria, então, uma prática libertadora e emancipatória de formação integral, com possibilidade de incluir atividades de pesquisa e extensão, de diferentes cursos e até de outras instituições, sejam instâncias educativas formais ou não, como estágio, voluntariado e intercâmbios.

A inclusão dos 10% almeja alcançar todas as universidades e, assim, currículos de todos os cursos, que vão precisar não apenas de revisão nos seus projetos pedagógicos, mas de conceitos, princípios e da formação superior que se espera do egresso, fora as questões mais administrativas, como estrutura de ensino, pesquisa, concursos e progressão docente. São muitas as questões a se enfrentar, desde burocráticas até de perfil do professor, pois a extensão acontece em maior prazo, exige etapas para registro, formalização de parcerias, metodologias participativas e avaliação constante, com indicadores do impacto das ações.

Quem já começou a fazer, partilha a experiência. Tanto que Benetti, Sousa e Souza (2015a) explicam que para isso precisaram começar do básico, esclarecendo o significado dos conceitos de programa, projeto, evento e curso de extensão.

A conceituação e diretrizes da extensão [...] ainda são pouco conhecidas. Um número significativo de docentes limita o conceito de extensão às ações de divulgação científica, e muitos incluem neste conceito qualquer tipo de evento, ou apenas cursos para o público externo, sem incluir nestes a participação dos alunos [...] e, sobretudo, as demandas dos demais setores da sociedade. (BENETTI; SOUSA; SOUZA, 2015a, p. 30-31)

Portanto, percebe-se que a flexibilização dos projetos pedagógicos no sentido da indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão exige discutir a universidade e suas políticas institucionais. Nesse sentido, Imperatore, S., Pedde e Imperatore, J. (2015, p. 2), provocam em seu artigo “curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo?”, pois propõem a “redefinição do currículo a partir da extensão, que orienta a pesquisa, retroalimenta o ensino e fundamenta a gestão acadêmica”.

Como colocam os autores, pode-se partir para soluções simples e superficiais, contrárias aos próprios princípios extensionistas, como no caso da disciplinaridade. Em pesquisa realizada, descrevem que os professores ressaltaram

[...] a experiência extensionista como retroalimentadora de sua ação de ensino-aprendizagem e lócus de integração ensino-pesquisa. Entretanto, destacam a marginalidade da extensão ao currículo [...] a desvalorização da prática extensionista na carreira e remuneração docente, a dificuldade de publicações em periódicos qualificados, o insuficiente financiamento de projetos de extensão (carga horária, bolsas, logística, recursos materiais) [...]. Quando consultados sobre trajetórias possíveis de implementação da meta 12.7, destacaram, inicialmente, a preocupação com a extinção da extensão e o aviltamento de sua natureza

interdisciplinar (“disciplinar a extensão questionaram incrédulos?”). Apontaram, ainda, a preocupação com a universalização da participação discente, em função do perfil de alunos trabalhadores. (IMPERATORE, S.; PEDDE; IMPERATORE, J., 2015, p. 10-11)

Acredita-se, então, que as propostas devem estar pautadas nas diretrizes extensionistas de interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade, impacto na formação do estudante e transformação social. Além de se beneficiar das práticas educacionais, porque também convergem para aqueles princípios: participação dos envolvidos, diálogo efetivo, interdisciplinaridade, pedagogia de projetos, busca por resultados mensuráveis, pessoas capazes de transformar a realidade (SOARES, 2011).

Nesse caso, o projeto pedagógico não irá se restringir a pensar como inserir a extensão em disciplinas; partindo da construção coletiva, com vistas à transformação social, a extensão pode se “diluir” nas disciplinas já existentes nos cursos (UNB, 2015). Também pode ser integrada a programas ou projetos do próprio curso ou de outros, acontecer durante todo o período em que o aluno estiver na universidade, de forma a ser estimulado a vivenciar a extensão continuamente e perceber que teoria e prática são indissociáveis, pois as ações inserem-se no período da disciplina, em disciplinas do mesmo ou de diferentes semestres, transversais no curso ou entre cursos (UFCA, 2014).

Assim haverá a possibilidade, dentro da própria ideia do que é uma universidade, contribuir para a formação dos alunos de um mesmo curso ou de outros cursos, porque podem desenvolver e participar de atividades em conjunto, a partir de uma concepção aberta dos projetos pedagógicos, mais interdisciplinares, acolhendo todos os interessados, sem barreiras departamentais, ou mesmo entre a graduação e a pós-graduação, como elencam Lyra et al. (2016). Inclusive com reflexos na produção acadêmica, pela geração de produtos, processos e publicações diversas.

Nessa perspectiva, os projetos pedagógicos podem adquirir caráter de intervenção social, interação dialógica e interdisciplinaridade, a partir da busca da construção coletiva de conhecimentos que impactem entre os envolvidos no processo, trazendo-lhes autonomia, protagonismo e empoderamento. Essa “[...] é uma forma de fazer com que tenham contato com questões de relevância social durante sua formação, contribuindo, assim, para o seu crescimento profissional e pessoal.” (UFV, 2016, p. 6).

Com essa sistematização e compartilhamento da extensão na estrutura universitária, é possível haver um rol de disciplinas, sejam obrigatórias, optativas ou eletivas, que

incorporem carga horária para extensão, conforme diretrizes e procedimentos metodológicos extensionistas. Isso sem deixar de “fomentar o advento de novos temas de pesquisa e novas metodologias de aprendizagem a partir de vivências criativas e inovadoras com as comunidades [a partir da intensificação do contato do estudante com a sociedade em ações relacionadas ao campo profissional de seu curso]” (UFPEL, 2016).

REFERÊNCIAS

ALVES, P. H. **Educom.rádio** – Uma política pública em educomunicação. 2007. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-05072009-211722>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

ANDRADE-DUVERNOY, D.; RÉGNIER, J. A educomunicação como princípio indissociável da extensão universitária, do protagonismo juvenil e da coesão social: o caso da Rede Coque Vive. **Poiésis**, Tubarão, n. esp. 1, jun./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/1171/968>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BEHRENS, M. A. **Formação continuada dos professores e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1996.

_____. Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente. In: _____; MASETTO, M.; MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 67-132.

_____; SANT'ANA, E. L. Superação dos paradigmas conservadores na sociedade do conhecimento. In: BEHRENS, M. A. (Org.). **Docência universitária na sociedade do conhecimento**. Curitiba: Champagnat, 2003. p. 15-30.

BENETTI, P. C.; SOUSA, A. I.; SOUZA, M. H. N. Creditação da extensão universitária nos cursos de graduação: relato de experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 6, n. 1, p. 25-32, 2015a. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/1951/pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

_____. **Guia de creditação da extensão na UFRJ**. Rio de Janeiro: Pró- Reitoria de Extensão UFRJ, 2015b. Disponível em: <http://www.pr5.ufrj.br/images/stories/documentos/guia_credita%C3%A7%C3%A3o_web_2015.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

BEZERRA, G. M. P.; BARRETO, H. M. R. Diálogos possíveis: a experiência do projeto de extensão Liga Experimental de Comunicação. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 10., 2008, São Luís. **Anais...** Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2008/resumos/R12-0356-1.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BOLZAN, D. P. V.; ISAIA, S. M. A. Pedagogia universitária e aprendizagem docente: relações e novos sentidos da professoralidade. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 13-26,

jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=3422&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alienante** – O equívoco da extensão universitária. Petrópolis: Vozes; São Carlos: Edufscar; Caxias do Sul: Educs, 1996.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Diário Oficial da União** (edição extra), Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/06/2014&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=8>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CARNEIRO, P. C. O.; COLLADO, D. M. S.; OLIVEIRA, N. F. C. Extensão universitária e flexibilização curricular na UFMG. **Interfaces** – Revista de Extensão da UFMG, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 4-26, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/69/pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CITELLI, A. **Outras linguagens na escola**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____; COSTA, C. (Orgs.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

CITELLI, A.; OROFINO, M. I. Uma apresentação entre mediações. In: OROZCO GÓMEZ, G. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2014.

DEMO, P. Lugar da extensão. In: FARIA, D. S. (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UnB, 2001. p. 141-158.

FORPROEX. **Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/Sesu, 2006.

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária**, maio 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V.; IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 15., 2015, Argentina. **Anais...** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/136064/101_00175.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 abr. 2016.

KAPLÚN, M. **El comunicador popular**. Quito: Ciespal, 1985.

KUNSCH, M. M. K. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade**. São Paulo: Loyola, 1992.

LYRA, E. S. S. et al. **Curricularização da extensão na Ufal**. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/guia-curricularizacao-da-extensao-na-ufal>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

MARTÍN-BARBERO, J. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

OROZCO GÓMEZ, G. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2014.

POLICHUK, M. O. **A extensão universitária na Universidade Federal do Paraná**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 1995.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SOARES, I. O. Educomunicação: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social na Europa, Estados Unidos e América Latina. In: LIMA, J. C. G. R.; MARQUES DE MELO, J. (Orgs.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil: 2012/2013**. Brasília: Ipea, 2013a. v. 4, p. 169-202. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_panoramadacomunicacao2012_2013_vol04.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. Contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. Educomunicação: quando pesquisa, extensão e ensino se imbricam! **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 7-14, jan./jun. 2013b. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/69244/71705>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

TONDATO, M. P. Projetos experimentais, projetos integrados e agências experimentais: novas práticas pedagógicas no ensino de comunicação. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 115-123, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/44831/48463>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

UFCA. **Resolução n. 1/2014** – Camex, de 8 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.ufca.edu.br/portal/documentos-online/publica/1286--900/file>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

UFPEL. **UFPEl aprova a curricularização da extensão**, 17/03/2016. Disponível em: <<http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2016/03/17/ufpel-aprova-a-curricularizacao-da-extensao>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

UFV. Creditação da extensão. **Projeção**, n. 2, p. 5-6, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.pec.ufv.br/wp-content/uploads/2016/03/SEM-MACARR%C3%83O-FINAL.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

UNB. **Decanato de extensão**, 15/09/2015. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/atas/2015/555.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.